

INSTABILIDADE POLÍTICO-MILITAR E A VIDA COTIDIANA EM MOÇAMBIQUE¹

Albino José Eusébio – UFPA/PA²

Sónia Barbosa Magalhães – UFPA/PA³

Moçambique, Instabilidade político-militar, Vida cotidiana

Nota introdutória

O ano de 2013⁴ entrou para história, ou melhor para o lado obscuro da história de Moçambique; a tensão política que era evidente no campo do discurso – através da política de acusações entre os atores políticos na arena pública – transforma-se numa “tensão político-militar” envolvendo o Governo de Moçambique, liderado pelo partido Frelimo, e o partido Renamo, dois protagonistas da guerra civil que teve o seu “fim” no ano de 1992 com a assinatura, em Roma, do Acordo geral de Paz (AGP). Ou seja, duas décadas depois do fim guerra civil, Moçambique se encontra, atualmente, mergulhado numa autêntica violência armada – a região central de Moçambique, concretamente as províncias de Sofala, Manica e abarcando atualmente a província de Tete, constituem o principal palco das ações que vem se alastrando até os dias de hoje. No ano de 2014, as partes interessadas no conflito chegaram, fruto do diálogo que vinha ocorrendo entre eles no Centro de Conferência Joaquim Chissano, na cidade de Maputo, capital do país, região sul de Moçambique, a um “acordo de cessação das hostilidades” ratificado pelo então

¹Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

²Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA. Bolsista da Capes. Contato: albinoeusebio@outlook.com.

³Doutora em Sociologia e Antropologia. Professora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA. Contato: smag@ufpa.br

⁴Foi neste ano concretamente no dia 22 de outubro de 2013 que a Renamo anunciou o rompimento com o Acordo Geral de Paz, numa suposta retaliação ao ataque das Forças Armadas de Moçambique à base militar do partido em Santungira (Ver: Jornal Opaís, 22. 10.2013).

Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza e pelo presidente do partido Renamo, Afonso Dhlakama. Acordo este que com base nos episódios posteriores, pode-se dizer que não foi em si suficiente para garantir o retorno à paz, à estabilidade política e a uma lógica democrática de relação social.

O nosso objetivo, na presente comunicação, é fazer uma reflexão sobre efeitos sociais que a instabilidade política militar tem na vida cotidiana de moçambicanos. O nosso principal interesse é lançar um olhar crítico a certos discursos dominantes na “arena pública” moçambicana que reduzem, propositadamente ou não, os efeitos socioeconômicos da tensão político-militar à “afugentamento dos investimentos” e consequentemente inviabilização do “desenvolvimento” do país⁵, “invisibilizando”, nesse discurso, propositadamente ou não, por exemplo, os cotidianos efeitos socioeconômicos para os “cidadãos comuns”, especialmente aqueles que vivem nas áreas rurais - principais zonas de conflito. Seria mais leve, parafraseando Ergimino Pedro Mucale, filósofo moçambicano, (2013), uma mó sobre a nossa cabeça do que o peso de consciência que o silêncio sobre essa “invisibilização” nos criaria. A nossa discussão é composta por dois tópicos; no primeiro tópico, lançamos um olhar, com base nas análises de alguns cientistas sociais moçambicanos, sobre alguns elementos que nos ajudam a pensar como depois de 21 anos de paz e uma lógica democrática de relação e organização social, Moçambique encontra-se mergulhado numa autêntica guerra civil. No segundo tópico focamo-nos no objetivo central da nossa análise, a reflexão sobre os efeitos sociais da tensão político-militar em Moçambique na vida cotidiana, destacando aspetos como a incerteza e o medo, bem como os deslocamentos compulsórios das populações locais.

⁵Esse discurso mais economicista dos efeitos sociais dos conflitos militar em Moçambique, não pode ser visto de forma distante da lógica desenvolvimentista que vem sendo adoptada nos últimos 10 anos em Moçambique que tem nos investimentos externos no campo da indústria extrativa, com destaque para grandes projetos de mineração, como uns dos setores dinamizadores.

Depois de 21 anos de paz e uma lógica democrática de relação e organização social, Moçambique retorna à guerra civil

Sempre foi evidente a fragilidade do Acordo de Maputo⁶ como instrumento para retorno à paz, à estabilidade política e a uma lógica democrática de relação social. Desde que foi celebrado, com todos os “holofotes”, como um instrumento que colocaria fim a aproximadamente dois anos de ações militares, que “afogaram” 21 anos de suposta paz, diversos episódios e “provocações” foram registrados e permanecem até atualmente. Provoações essas, que tiveram eco no ano de 2015, com diversos episódios como: o cancelamento do diálogo que vinha decorrendo entre as partes protagonistas no Centro de Conferência Joaquim Chissano; o ataque à comitiva do presidente da Renamo na província de Manica; o alvejamento do Secretário-geral da Renamo, na cidade da Beira, província de Sofala – ambos episódios imputados pela Renamo às Forças de Defesa e Segurança; - a morte pelos homens da Renamo do chefe de povoação da localidade de Muzuankungune, posto administrativo de Vunduzi, distrito de Gorongosa, província de Sofala⁷, dentre outras ações como saques a viaturas, assaltos e assassinato das populações nas vias públicas perpetrados pelos homens da Renamo, perigosíssimas ações que colocam o ambiente já hostil, entre as partes, numa situação extrema, enraizando o sentimento generalizado de insegurança, incerteza e a construção/reprodução do “imaginário do medo” (EUSÉBIO e MENDONÇA 2015) que vem caracterizando o cotidiano dos moçambicanos.

Cientistas sociais moçambicanos têm se debruçado sobre a questão: como, depois de duas décadas de paz e uma lógica democrática de organização e relação social, Moçambique se encontra mergulhado numa autêntica guerra civil?

O cientista político moçambicano Luís de Brito encontra a resposta no Acordo Geral de Paz, concretamente na insuficiência que este teve de por si só assegurar as condições de uma real transição democrática e inclusão social e política. Segundo De Brito (2014), a tensão político-militar testemunha a falta de adequação das instituições políticas existentes na garantia duma gestão pacífica das diferenças e dos conflitos

⁶ Pode-se dizer que o acordo de Maputo era mais um “armistício” para a garantia da realização das eleições de 2015 do que uma garantia de retorno à paz e à estabilidade política.

⁷Jornal Verdade, 21 de janeiro de 2016.

inerentes a qualquer sociedade e seus atores políticos. Ou seja, a incapacidade dos protagonistas construírem consensualmente as regras de convivência democrática. Isso significa que apesar de o Acordo Geral de Paz e o processo de transição política subsequente terem introduzido elementos de democratização na sociedade moçambicana, tais como cessação das hostilidades, a desmobilização dos combatentes bem como a formação de um exército composto por elementos provenientes das duas forças protagonistas, a Renamo e a Frelimo, não foram em si suficientes para garantir um progresso significativo na construção democrática do país” (DE BRITO, 2014, p. 24). A Frelimo continua sendo um Partido-Estado, reflexo da era socialista e a Renamo um movimento armado.

Aliás, o autor relembra que a promulgação pelo partido no poder da constituição de 1990 que introduz o multipartidarismo foi mais por pressão internacional e não por uma verdadeira mudança e evolução no seu pensamento político. Neste contexto, prevalece no país um cenário onde o partido no poder continua dando prioridade a garantia da sua hegemonia pelo controlo do Estado e à exclusão dos demais partidos e sectores da sociedade moçambicana e a Renamo encontra no conflito militar uma forma de inclusão no sistema de partilha de oportunidades e recursos (DE BRITO, 2014). A paz em Moçambique é para Luís de Brito (2014) uma desafio de democracia e inclusão. “O caminho da reconciliação efetiva é pois um engajamento comum na construção de instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e econômica, assim como a promoção de igualdades de oportunidades para todos”. (DE BRITO, 2014, p. 39).

Na mesma lógica de raciocínio e ratificando o pensamento do cientista político Luís de Brito, o cientista político moçambicano Salvador Forquilha reforça a ideia de que a tensão-político militar que se vive atualmente é reflexo duma transição política inacabada, rumo ao pluralismo político e a construção de uma lógica democrática de relação e organização social e política, pelo menos ao nível dos principais atores políticos, na medida em que a Frelimo continua sendo um Partido-Estado – reflexo da era socialista onde o Estado se encontrava constitucionalmente subordinado aos interesses do partido e a Frelimo se constituía como único representante legítimo dos povo moçambicano – e a Renamo um movimentos armado. (FORQUILHA, 2014). Ou seja apesar de o Acordo Geral de Paz ter permitido, ao longo dessas duas décadas, a criação de novas instituições, bem como a realização de eleições multipartidárias, dentre outros feitos, a Frelimo e a

Renamo ainda não conseguiram, na visão de Forquilha (2014), fazer uma transição “do movimento de guerrilha e partido-estado respetivamente, para partidos cujo funcionamento esteja em linha com as regras do jogo democrático” (FORQUILHA, 2014, p. 62).

O invisível limite entre o Estado e o partido no poder – onde o Estado confunde-se com o partido no poder – que se manifesta dentre vários fatores, por exemplo, pela permanência nas instituições públicas de células do partido no poder sem que as outras representações partidárias tivessem o mesmo privilégio – uma situação intensificada no governo do ex-presidente Armando Emílio Guebuza – bem como os discursos belicistas ante e pós eleições da Renamo, só para citar algumas situações, evidenciam esse caráter inacabado da transição política que se opõe, de acordo com Forquilha (2014), a ideia que paira na “arena internacional” de Moçambique como uma “história de sucesso” (grifos do próprio autor) em termos de transição política.

Aliás, tal como afirma este cientista político, o discurso de “história de sucesso” precisa de ser “confrontado com a realidade e desconstruído, com vista a captar as dinâmicas sociopolíticas do contexto, que nos permitem interrogar e compreender os fatores explicativos dos avanços e recuos do processo de construção democrática como um todo” (FORQUILHA, 2014, p. 78). Num contexto de construção democrática e do pluralismo político, a subordinação do Estado ao partido político no poder enfraquece os mecanismos institucionais de inclusão social e política. Este fato combinado com o caráter militarizado da Renamo – um caráter que é incompatível com uma lógica democrática de relação e organização social e política – reforça o potencial de violência política desafiando o próprio processo de construção da paz e estabilidade (FORQUILHA, 2014, p.79).

Não tão longe da perspectiva do olhar dos cientistas políticos Luís de Brito e Salvador Forquilha, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo encontra no conceito de cidadania, concretamente no processo, que se diga também inacabado, de construção da cidadania em Moçambique, elementos que nos ajudam na compreensão da tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique. Um dos grandes desafios enfrentados pelo país consistiria, segundo Macamo (2014), na resolução do conflito existente entre por um lado uma cultura política autoritária, herdada do período colonial e por outro o respeito pela cidadania consubstanciada na proteção da dignidade humana

e expansão das liberdades individuais. Este fato mina a própria democracia em construção ou consolidação em Moçambique, na medida em que, não está sendo acompanhada pela “transformação das mentalidades e vontades dos atores políticos a favor da resolução pacífica dos conflitos dentro dos instrumentos constitucionais”. (MACAMO, 2014, p. 43).

Neste contexto, para Macamo (2014), a tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique não é exclusivamente uma disputa entre dois partidos políticos é também um choque entre o Estado de direito e uma cultura política autoritária profundamente hostil à cidadania. Hostilidade essa, que se manifesta pela subordinação da cidadania às vontades particularista do partido no poder e do Estado, bem como por uma lógica onde o partido e o Estado atuam como “intérpretes das vontades do povo”. Essa perspectiva se baseia segundo o autor na “ideia gêmea de que alguém tem competência para definir os limites da liberdade individual, ao mesmo tempo que pode também definir os horizontes do poder legítimo do Estado sobre os seus cidadãos” (MACAMO, 2014, p. 48).

Tal como afirma Elísio Macamo (2014), apesar de o partido no poder ter aceitado o fim da guerra com a Renamo com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, e todas suas implicações em relação a introdução duma lógica democracia de relação e organização social e política, nunca abandonou a sua concepção de liberdade – herdada da era socialista - que é em si hostil a ideia moderna de cidadania como limite do poder legítimo do Estado na vida dos indivíduos. Por sua vez a Renamo não é diferente do partido no poder neste quesito, pois ela também “insiste na sua luta anticomunista e pela democracia como elemento que legitima o seu direito de falar em nome do povo (...). Isso explica porque a Renamo não considera, aparentemente, útil e oportuno reunir consensos sociais para formular as suas exigências à Frelimo. Ela não precisa disto porque fala em nome do povo” (MACAMO, 2014, p. 48).

Isso evidencia, para o autor, uma transição democrática inacabada feita por atores políticos - Frelimo e a Renamo- que se sentem na legitimidade histórica de governar, mandar e falar em nome do povo, um em razão do seu papel na independência nacional, outro em razão do anticomunismo e de se considerar “o pai da democracia”. É por essa razão que, de acordo com Elísio Macamo, a crise político-militar vivida em Moçambique a partir de 2013 é também uma crise de cidadania e ela começa acima de tudo na

“prerrogativa que alguns reclamaram para si próprios de serem os intérpretes da vontade do povo” (MACAMO, 2014, p. 54).

Existe uma unanimidade entre os três cientistas sociais acima abordados – e comungamos dessa linha de reflexão – que a crise político-militar que se vive em Moçambique atualmente, 20 anos depois do fim da guerra civil é resultado de uma “transição política inacabada” e da incapacidade que o Acordo Geral de Paz teve na construção social de uma sociedade moçambicana mais democrática, de pluralismo político e de inclusão social; ou seja, uma sociedade onde reina uma lógica democrática de relação e organização social, de tolerância perante o outro e onde prevaleça a pacífica resolução dos conflitos dentro dos instrumentos constitucionais.

O mais interessante nas abordagens dos três autores é a leitura diacrónica que nos propõem, resgatando aspetos históricos da transição política, imprescindíveis para pensar a atual crise política em Moçambique. Ou seja, podemos subentender deles que é preciso se afastar do que chamaríamos de uma abordagem “situacional” da realidade atual, que seria em si tanto quanto superficial e explorar “continuidades” não só pelo fato de a atual tensão político-militar ter sido incitada pela Renamo, um dos protagonistas da guerra civil terminada com o AGP, mas porque a tensão política sempre era evidente, discursivamente, antes dos eventos de violência armada de 2013, pelos discursos inflamados pós-eleições, de ameaça ao retorno à guerra, pela mesma Renamo, que se tornaram familiares aos ouvidos dos moçambicanos.

Talvez Moçambique seja estruturalmente um país de guerra, tal como nos propõe o cientista político moçambicano Régio Conrado (2015)⁸ e sendo tal viver uma cultura de paz, baseada no diálogo, solicitude, alteridade e uma lógica democrática de relação e organização social fundada numa abertura para o outro seja (talvez), na nossa realidade sociocultural, uma utopia. Mas se a utopia serve, segundo Eduardo Galeano, para que continuemos a caminhar, o essencial é que não desistamos dessa caminhada.

⁸Conrado, Régio. A banalização do problema em Moçambique. In: Opinião. Jornal Savana. 25. 12.2015.

Instabilidade político-militar e a vida cotidiana: um olhar a partir duma sociologia do cotidiano

Os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann, no seu livro “a construção social da realidade: tratado para uma sociologia do conhecimento” (2012), destacam a realidade da vida cotidiana⁹ como um dos objetos da pesquisa sociológica. O interesse pela sociologia na vida cotidiana se fundamenta, segundo o sociólogo José de Souza Martins, no seu artigo “o senso comum e a vida cotidiana” (1998), no “refluxo das esperanças da humanidade num mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade” em função de “ceticismo decorrente das desilusões que tem acompanhado a notável capacidade de auto regeneração da sociedade capitalista”. Ou seja a vida cotidiana se tornou um “refúgio para o desencanto de um futuro improvável e de uma história bloqueada pelo capital e pelo poder” (MARTINS, 1998, p.1).

Na dimensão do cotidiano, as pessoas transitam sobre diversos contextos, se manifestam e agem sobre diversas facetas (GOFFMAN, 2013). É no cotidiano ou no ordinário que se manifestam, por exemplo, as táticas de resistência contra as estratégias de dominação das classes dominantes (DE CERTEAU, 1998), próprias duma sociedade capitalista de organização social. Usando exemplo da mídia, De Certeau (1998) destaca, por exemplo, que a televisão pode até controlar o que emitir mas ela não tem o controle do uso cotidiano que as pessoas fazem das informações que eles emitem.

O sociólogo moçambicano Elísio Macamo considera, no seu artigo “A constituição duma sociologia das sociedades africanas” (2002), a sociologia do cotidiano como uma das quatro – as outras são a transformação social, a sociologia do conhecimento e a sociologia rural – áreas condicionantes a uma sociologia das sociedades africanas, na medida em que, o social em África se constitui, na visão do autor, discursivamente.

⁹Os autores se referem a vida cotidiana como um tecido de significados inerentes a existência da própria sociedade. O mundo da vida cotidiana se origina, segundo os autores no pensamento dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. Dentre as várias realidades que compõem o social a realidade da vida cotidiana é a realidade por excelência. É em si um mundo intersubjetivo, estruturado espacial e temporalmente e que os indivíduos participam nela através da linguagem (BERGER e LUCKMANN, 2012).

Os estudos do cotidiano são fundados na tradição da sociologia hermenêutica weberiana, que se fundamenta, segundo Elísio Macamo, na concepção de que os “atores sociais é que constituem o social e que os constrangimentos estruturais se explicam a partir das intenções e significados da ação individual” (MACAMO, 2002, p. 22). É nesta perspectiva que se enquadra a ideia weberiana de ação social e da sociologia como uma ciência que busca compreender o sentido da ação social (COHN, 2003). A ideia da “compreensão” que norteia a sociologia weberiana evidencia a influência que o pensamento desse autor sofre da hermenêutica como método das ciências humanas de Wilhelm Dilthey (2000)¹⁰, embora o sociólogo Gabriel Cohn, evidencie a existência de um distanciamento entre o sentido da compreensão para os dois, onde, se para Dilthey trata-se sempre da compreensão de significados de formas de expressão simbólica, para Weber trata-se de compreender o sentido da ação social para o agente. Ambos têm em comum o afastamento da concepção positivista da ciência moderna e no caso do Max Weber (2006), o afastamento de uma sociologia que dá primazia a estrutura e que considera o “social como determinado por mecanismos institucionais e normativos que operam fora do quadro individual como constrangimentos às opções dos atores sociais” (MACAMO, 2002, p. 22).

A sociologia weberiana recebe na arena acadêmica diversas denominações: sociologia interpretativa (MACAMO, 2002), sociologia de ação (BOUDON, 1996), são umas delas, porém com um foco comum na primazia aos sujeitos, - compreender as ações, o comportamento, as atitudes, as convicções individuais - e isso é que caracteriza os estudos do cotidiano. Os estudos de cotidiano, que compõem o que chamaríamos de uma sociologia do cotidiano, interessam-se pelas “pequenas coisas da vida cotidiana” (EUSÉBIO e MENDONÇA, 2015), pelo “aqui e agora” embora não se esgote nisso (BERGER e LUCKMANN, 2012), pelo “aqui e hoje, pelo viver intensamente o minuto desprovido de sentido” (MARTINS, 1998, p. 1); por “pequenos pormenores do cotidiano, pelos encontros efêmeros pelos indivíduos (...) pela interpretação [e compreensão]

¹⁰Para mais informações sobre a compreensão como método das ciências humanas. Ver as abordagens de Dilthey sobre hermenêutica como método das *Geisteswissenschaften* (ciências de espírito) em: Palmer (1969); Ricoeur (1988), Scocuglia, (2002). Para algumas abordagens críticas a pretensão da objetividade de conhecimento das ciências humanas em Dilthey, ver: Gadamer (1999); Gadamer e Fruchon (2003), Scocuglia, (2002). Para a aprofundar as discussões sobre a relação entre a hermenêutica de Dilthey e a hermenêutica de Max Weber ver: Cohn (2003).

individual e coletiva dos fatos sociais, enfim pelo detalhe ínfimo que completa o quebra-cabeças do social” (MACAMO 2002, p. 22).

Portanto a sociologia do cotidiano pressupõe a reinvenção da própria sociologia. Ela viabiliza a “redescoberta da sociologia fenomenológica¹¹” ao mesmo tempo em que sugere uma “crítica nova e renovada à sociologia positivista” (MARTINS, 1998, p. 2) Podemos dizer que, a sociologia do cotidiano nos carrega numa análise macrossociológica e nos engaja numa leitura microssociológica da realidade social. Isso implica redirecionar nosso olhar, por exemplo, para os sujeitos “comuns”, o cotidiano dos cidadãos. E, voltando para o nosso objeto central de análise na presente comunicação, isso implica afastar-se de um olhar macro que enxerga somente o “afugentamento de investimentos externos” como principal efeito social e econômico do conflito político-militar em Moçambique. Uma visão que se encontra entrelaçada na lógica desenvolvimentista que vem sendo adotada em Moçambique nos últimos anos, que tem os grandes projetos como um dos principais sectores dinamizadores. Visão esta, que ignora propositadamente ou não, os efeitos sociais e econômicos que o conflito tem no cotidiano dos cidadãos comuns, das populações locais, tendo em conta que a área rural e os ataques às pessoas e bens, bem como a destruição das vias públicas tem sido o *locus* e o *modus operandi* respetivamente da guerrilha da Renamo. Reiteramos, parafraseando mais uma vez Ergimino Pedro Mucale (2013) que seria mais leve uma mó sobre as nossas cabeças do que o peso de consciência que ignorar tal fato e invisibilizar tal realidade nos criaria.

A violência armada que se vive atualmente em Moçambique, além de danos humanos, provoca no cotidiano dos moçambicanos “incerteza e medo”. Que se fundamenta, por exemplo, na “imprevisibilidade do futuro” que a tensão político-militar cria. “... O que vais ser de nós... Até onde vamos com isso...”.

Nas zonas urbanas, longe do conflito direto entre as partes beligerantes, a “incerteza e medo” fazem nascer, por exemplo, discursos e manifestações populares¹² –

¹¹Uma das principais referências da sociologia fenomenológica é o sociólogo Alfred Schutz. No seu empreendimento sociológico Schutz buscou confrontar, com base numa análise crítica, a sociologia de ação e da compreensão de Max Weber e a filosofia fenomenológica de Edmund Husserl para formular o que se chama de uma sociologia baseada em considerações fenomenológicas (WAGNER, 1979). Ver: SCHUTZ (1979)

¹²As principais manifestações populares foram realizadas em outubro de 2013. Intitulada “Marcha pela Paz e Raptos” – este último também um fenómeno contumaz nos últimos anos em Moçambique - foram organizadas pela Liga dos Direitos Humanos e outras entidades da sociedade civil e confissões religiosas.

de fato são mais discursos do que manifestações populares¹³ - que exortam a paz, o diálogo e o fim das hostilidades entre as partes.

Nas zonas rurais, principal campo das ações militares, onde o conflito direto se manifesta, a “incerteza e o medo” têm como consequências direta os “deslocamentos compulsórios” das populações locais. É nesse último que vamos dedicar desde já a nossa maior atenção na presente comunicação.

Entendemos por deslocamentos compulsórios ao processo onde “determinados grupos sociais, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras” (MAGALHÃES, 2007, p.14). Essa definição é interessante pois nos permite integrar diversos contextos de ação e nos afastar das diferenciações presentes na arena acadêmica e política em função das diversas causas que originam as ações de deslocamento¹⁴. Na arena acadêmica e política, esse processo recebe uma pluralidade de denominações – pode-se dizer que existe uma guerra de categorias - “deslocados internos” e “refugiados” são umas delas. Este último deve ser entendido no seu sentido analítico pois juridicamente – e é esse sentido que é determinante no campo político¹⁵- envolve uma pluralidade de pressupostos que vão além do “simples refúgio” no outro país devido à violência armada nos seu país de origem.

Em termos numéricos, dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) indicam – quanto aos “deslocados externos” – que até janeiro de

Seguiram-se outras manifestações de pequena expressão, isso se comparado com a primeira, nos anos seguintes, como por exemplo a organizada pela União Nacional dos Estudantes de Moçambique em setembro de 2015.

¹³A supremacia dos discursos em relação as ações de mobilização e manifestações populares em defesa da paz, dialogo e cessação das hostilidades, diminui de certa forma a “pressão externa” que é necessária às partes beligerantes para o envolvimento num diálogo construtivo na busca da paz e estabilidade política.

¹⁴Essa diferenciação de categorias em função das diferentes causas de análise é visível, por exemplo, ao nível do Banco Mundial que categoriza de reassentamentos involuntários (*involuntary resettlement*) à mobilidade das populações forçadas pelos grandes projetos de “desenvolvimento” que, importa frisar, na maioria desses grandes projetos, é um dos maiores financiadores, ignorando ou invisibilizando desse modo a compulsoriedade e o caráter coercivo do próprio processo e de deslocamentos forçados (*forced displacement*) para designar a mobilidade das populações forçadas pela violência armada ou guerras cívicas. O risco de reproduzirmos essa postura na academia é de cairmos ingenuamente na ideologia camuflada dos atores interessados – tendo em conta que essas categorias refletem um conteúdo político e ideológico de cada ator (MAGALHÃES, 2007) – e ignorar pontos de semelhanças, simetrias e proximidades que dariam uma reflexão inovadora à problemática dos deslocamentos compulsórios como um todo.

¹⁵O Governo de Moçambique, por exemplo, regista uma relutância – o que é legítimo se olharmos na perspectiva jurídica e essa é que é determinante no campo político – em reconhecer as populações moçambicanas compulsoriamente deslocadas pela violência armada na região central de Moçambique e que se encontram no Centro de Acolhimento de Kapise em Malawi, sob gestão do Governo da República de Malawi e da ACNUR, como “refugiados”, tendo em conta que a maioria dessas famílias ainda não requereram e não possuem o estatuto de refugiados.

2016 tinham dado entrada na Vila de Kapise, distrito de Mwanza, na República de Malawi, devido ao alastramento do campo das ações militares para a província da Tete, mil e duzentos e noventa e sete pessoas dos quais dois terços eram mulheres e crianças¹⁶. Esse número subiu para seis mil pessoas no mês de fevereiro¹⁷. A maior parte se encontra alojada no Centro de Acolhimento de Kapise. Este Centro surgiu de forma emergencial em resposta ao aumento do fluxo de deslocados, pela tensão político-militar em Moçambique, que davam entrada na Vila de Kapise, República de Malawi, provenientes, na sua maioria, da província de Tete. Dados mais atualizados avançados pelo ACNUR indicam que se encontram atualmente refugiados em Malawi, na sua maioria no Centro de Acolhimento de Kapise, aproximadamente dez mil moçambicanos¹⁸ devido a intensificação das hostilidades militares na província de Tete.

No entanto, de acordo com o ACNUR, há atualmente um processo de transferência das populações moçambicanas deslocadas pela tensão político-militar, para o Campo de Refugiados de Luwani, também localizado na República de Malawi. Este que outrora acolhera milhares de refugiados moçambicanos durante a guerra civil terminada em 1992 - e que se encontrava encerrado desde 2007 - foi reaberto em Março de 2016 pelo governo de Malawi.

No que concerne aos deslocados internos, somente no distrito de Gorongosa, província de Sofala, região central de Moçambique, um dos principais epicentros das ações de conflitos armado, o medo e a incerteza obrigaram ao deslocamento compulsório de aproximadamente cinco mil pessoas até o ano de 2014¹⁹. No caso da província de Inhambane, dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) delegação da província de Inhambane, órgão responsável, dentre diversas atribuições, pelo acolhimento e assistência aos deslocados internos, indicam que a movimentação dos guerrilheiros da

¹⁶UNHCR. Clashes drive Mozambicans to seek safety in Malawi. 15.01.2016. Disponível em, <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/1/5698ea5c6/clashes-drive-mozambicans-look-safety-malawi.html>. Acesso no dia 24.05.2016.

¹⁷UNHCR. UNHCR stresses asylum right of Mozambicans crossing into to Malawi. 18.02.2016. Disponível em, <http://www.unhcr.ie/news/irish-story/unhcr-stresses-right-to-asylum-of-mozambicans-crossing-into-malawi>. Acesso no dia 24.05.2016.

¹⁸UNHCR. UNHCR begins relocating Mozambican asylum-seekers in Malawi. 15.04.2016. Disponível em, <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/4/5710d5746/unhcr-begins-relocating-mozambican-asylum-seekers-malawi.html>. Acesso no dia 24.05.2016.

¹⁹DEUTSCHE WELLE. “Tensão político-militar aumenta número de deslocados na Gorongosa, Moçambique”: **DW.DE 12.03.2014**. Disponível em <http://www.dw.de/tens%C3%A3o-pol%C3%ADtico-militar-aumenta-n%C3%BAmero-de-deslocados-na-gorongosa/a-17492946>. Acesso no dia 03.10.2014.

Renamo naquela província²⁰, obrigou, também por medo e incerteza ao deslocamento compulsório de mil e duzentos e vinte oito famílias somente no distrito de Homoine, província de Inhambane, região sul de Moçambique, que foram acolhidas no centro de reassentamento de Chinjinguire, no mesmo distrito²¹. O fechamento e secretismo institucional que caracteriza o INGC nos impedem de apresentar dados mais completos e atualizados sobre os Centros de Acolhimento existentes, número de pessoas ou famílias nos respetivos centros e outras informações relevantes sobre os deslocados internos pela atual tensão político-militar a nível nacional²².

Contudo, importa frisar que não se pretende, neste trabalho, fazer uma reflexão crítica sobre a veracidade dos dados numéricos apresentados. Indubitavelmente, eles representam o número de pessoas registadas pelo INGC ou que os órgãos de informação tiveram acesso e podem “logicamente” estar subdimensionados tendo em conta a natureza e as causas do próprio deslocamento. Existem casos em que os deslocados podem optar por se refugiar em casa de familiares que se encontram em áreas fora de risco. Contudo, isso não faz destes dados irrelevantes, tendo em conta que eles elucidam o fato.

Quem são essas populações deslocadas? Como tem sido a realidade da sua vida cotidiana? Quais são os efeitos sociais dos deslocamentos compulsórios na sua capacidade de produção e reprodução social e econômica? Essas são algumas das questões a serem exploradas num futuro trabalho etnográfico assim que a estabilidade político-militar permitir²³. Contudo não podemos ignorar que a maioria das populações compulsoriamente deslocadas pela tensão político militar se encontram em centros de

²⁰ Inexistem registros sobre confronto direto entre as Forças de Defesa e Segurança e os Guerrilheiros da Renamo.

²¹ Dados obtidos no informe do INGC de Inhambane sobre o ponto da situação de emergência, Março de 2014.

²² Em 23 de fevereiro 2016 submetemos um requerimento à Direção Geral do INGC, Maputo, solicitando o acesso e informações sobre: (i) os centros de acomodação ou de reassentamento existentes ao nível nacional (ii) pessoas ou famílias deslocadas pelas calamidades naturais que se encontram nos Centros de Acomodação; (iii) pessoas ou famílias deslocadas pela tensão político militar que se encontram nos Centros de Acomodação e (iii) pessoas ou famílias que deram entrada em Moçambique devido a xenofobia na África do Sul, referentes aos anos de 2013 à atualmente; no mesmo mês o requerimento foi despachado e remetido para o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) do INGC, para os devidos procedimentos; passados cinco meses – estamos no mês de junho – o documento ainda aguarda neste sector o despacho do respetivo Diretor.

²³ Estava previsto um trabalho de campo com as populações deslocadas internamente pela tensão político-militar, concretamente na província de Sofala, região central de Moçambique, principal palco das ações militar, para esse primeiro semestre, contudo, o recrutamento, desde finais de 2015, das hostilidades e violência armada entre as partes beligerantes, facto que dificulta, por exemplo, a circulação de pessoas e bens na região central de Moçambique, tornaram essa “aventura” num empreendimento de risco, que podia se confundir – talvez com um pouco de exagero da realidade – com um autêntico “suicídio”. Por essas razões esse trabalho de campo só será realizado assim que a estabilidade político-militar permitir.

acolhimentos criados pelo governo e geridos pelo INGC para o caso de deslocados internos e nos centros de acolhimento e de refugiados geridos pela ACNUR no caso dos deslocados que se refugiaram, por exemplo, na República de Malawi, fato que interfere – embora seja somente numa primeira leitura e careça dum reforço etnográfico – indubitavelmente na capacidade de reprodução social e econômica dessas populações locais, transformando, por exemplo, a sua vida cotidiana “independente” inerente à diversas alternativas locais de reprodução socioeconômica, em uma vida cotidiana “dependente” nos centros de acolhimento, de refugiados ou em casa de familiares fora das áreas risco.

Com isso queremos dizer, para finalizar a presente comunicação, que os efeitos sociais e econômicos da instabilidade político-militar em Moçambique não são, necessariamente, o “afugentamento do investimentos econômicos estrangeiros” e ao “desenvolvimento”, mas sim a perda de vidas humanas e a fragilização da vida cotidiana dos cidadãos comuns e particularmente, das populações locais na sua maioria camponesas, residentes nas zonas rurais – zonas essas, que são o principal campo de ações militares – que são obrigadas a abandonar os seus locais de residência, com os seus filhos sendo obrigados a abandonar a escolas devido à incerteza e o medo que a instabilidade político-militar cria.

Algumas considerações finais

No presente trabalho nos propusemos a fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais da instabilidade político-militar na vida cotidiana dos moçambicanos, ao mesmo tempo em que, nos dedicamos a uma análise crítica a certas ideias dominantes na arena pública moçambicana que reduzem os efeitos sócio econômicos da instabilidade político-militar que se vive atualmente em Moçambique ao “afugentamento dos investimentos externos” e conseqüentemente do “desenvolvimento”, invisibilizando os efeitos que a tensão tem para os cidadãos comuns especialmente nas localidades rurais situadas na zona de conflito. Advogamos ao longo da nossa discussão que a tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique além dos danos humanos provoca “incerteza e medo” no cotidiano dos indivíduos; fato que contribui, por exemplo, nas áreas rurais, principal

palco das ações militares para os “deslocamentos compulsório” das comunidades locais. Qual tem sido a realidade da vida cotidiana dessas comunidades? Quais são os efeitos sociais no que concerne a capacidade produção e reprodução social e econômica dessas comunidades? E mais, quais são os prováveis pontos de semelhanças, simetrias e proximidades entre essa forma de deslocamentos compulsórios e os deslocamentos compulsórios provocados pelos avanço dos grandes projetos de “desenvolvimento”, um fenômeno, também, contumaz em Moçambique? Essas são algumas questões a serem exploradas num futuro trabalho etnográfico assim que a estabilidade político-militar permitir. Acreditamos que uma perspectiva hermenêutica explorando, através da observação e das narrativas das próprias comunidades, a vida cotidiana pode, metodologicamente, nos ajudar nesse empreendimento.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOUDON, Raymond. “Ação”. In: _____. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: Max Weber e teoria social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONRADO, Régio. “A banalização do problema em Moçambique”. In: Opinião. **Jornal Savana**. 25. 12.2015

DE BRITO, Luís. “Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique”. In: _____(Org.). **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014, p. 23-40.

DE CERTOU, Michel. **A invenção do cotidiano, artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DILTHEY, Wilhelm. **Dos escritos sobre hermenêutica: el surgimiento de la hermenêutica y los esbozos para una crítica de la razón histórica**. Espanha: Istmo S.A, 2000.

EUSÉBIO, Albino José e MENDONÇA, Kátia. “Individualismo, violência criminal e a construção social da vida cotidiana”. **Sistema Penal & Violência**. V. 7, n. 2, p. 265-276, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.2.21523>.

FORQUILHA, Salvador. “Do discurso da ‘história de sucesso’ às dinâmicas políticas internas: O desafio da transição política em Moçambique”. In: DE BRITO, Luís. **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014, p. 61-82.

GADAMER, Hans-Georg e FRUCHON, Pierre. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MACAMO, Elísio. “A Constituição de uma sociologia das sociedades Africanas”. **Estudos Moçambicanos**, n° 19, p. 5-26, 2002.

MACAMO, Elísio. “Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa”. In: DE BRITO, Luís. **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014, p. 41-60

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor. **Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese (Doutorado) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém, França, 2007.

MARTINS, José de Sousa. “O sensu comum e a vida cotidiana”. **Tempo Social**. Vol. 10, n°1, p. 1-8, 1998.

MUCALE, Ergimino Pedro. **Afrocentricidade: complexidade e liberdade**. Maputo: Paulinas, 2013.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1969.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. “Hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas”. **Sociedade e Estado**, V. 17, n. 2, p. 249-281, 2002.

WAGNER, Helmut R. “Introdução: Obras de Alfred Schutz; pontos de partida; O quadro da sociologia fenomenológica de Schutz”. Em: Alfred Schutz. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. A “**objetividade**” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.